

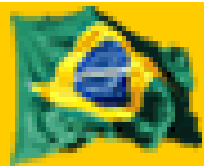
Cidades
Ministério das Cidades

**Secretaria Nacional
de Saneamento Ambiental**

Plano Nacional de Saneamento Básico PLANSAB

Subsídios Iniciais





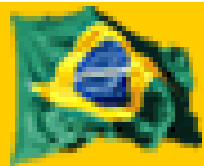
Reuniões Preparatórias

- **Especialistas e pesquisadores em Saneamento**
- **Órgãos federais que atuam em saneamento**
- **Secretarias do MCidades.**
- **Apresentação dos planos e políticas federais que tem interface com saneamento**
- **Seminário de Apresentação dos Estudos do PMSS**



A partir de 05/06 – reuniões regulares do grupo pré-GTI



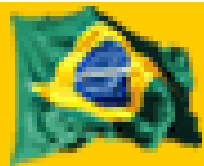


Reuniões previstas

**9/07 - Comitê Técnico de Saneamento Ambiental do
Concidades (6 segmentos) para apreciar o
“Projeto Estratégico” e formar o Grupo de
Acompanhamento do Plano – GA-CTS (URGENTE)**

**Julho de 2008 - especialistas em manejo de águas pluviais
- especialistas em políticas públicas
- Órgãos Financiadores e Operadores
(FGTS, BNDES, Caixa, etc)**





3. Apresentações dos Planos Nacionais

Campanha Nacional

Plano Diretor Participativo: Cidade de Todos - PDP

Políticas Nacionais

Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT

Planos Nacionais:

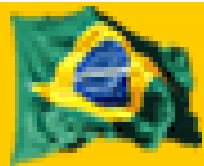
Plano Nacional de Combate à Desertificação – PAN

Plano Nacional de Habitação – PlanHab

Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH

Zoneamento Ecológico-Econômico

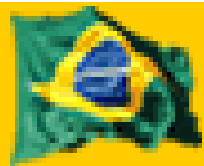




Processo: plano estratégico e participativo (GTI – grupo técnico interministerial + Grupo de Acompanhamento do Comitê Técnico de Saneamento do Concidades

Prazo: para assegurar um processo participativo de elaboração, pactuar com o Concidades o adiamento do prazo de dezembro 2008;





2. Interfaces

2.1 - Ministério do Meio Ambiente

SRHU : competência pelo Programa Nacional de **Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)** que é componente do **PLANSAB**

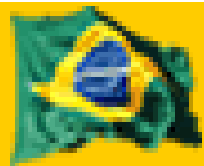
SRHU: gestão do **Plano Nacional de Recursos Hídricos**, que tem o sub-programa “Saneamento e Gestão Ambiental de Recursos Hídricos no Meio Urbano” com foco na interface Saneamento/RH

ANA: gestão da **Política Nacional de Recursos Hídricos**; competência de regular, fiscalizar o uso e mediar conflitos nas águas da União e tem **poder de outorga de permissão e autorização de uso das águas**. Gestão do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e do **PRODES** (Programa de Despoluição dos RH)

O saneamento é usuário na captação e no lançamento. As ações de saneamento para controle da poluição e portanto de preservação dos RH podem ser financiadas pelos dois programas do MMA.

SEDR: Plano Nacional de Combate à Desertificação/**PAN**, Zoneamento Ecológico-Econômico/**ZEE** e Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentável.





2. Interfaces

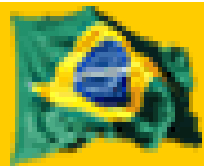
2.2 - Ministério da Saúde

FUNASA: Competência do **saneamento** e macro-drenagem dos quase 5000 **municípios com população inferior a 50 mil habitantes**; todo o **saneamento rural** (incluindo população ribeirinha, assentamentos rurais, escolas públicas rurais, áreas indígenas e quilombolas) e controle de doenças de transmissão hídrica, doença de chagas e malária.

Vigilância à Saúde Ambiental : Competência de estabelecer os padrões de qualidade da água para consumo e controle de vetores.

Anvisa: controla o tratamento do esgoto hospitalar e o manejo adequado dos resíduos de saúde.





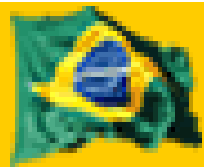
2. Interfaces

2.3 -Ministério de Integração Nacional

PNOT - Política Nacional de Ordenamento Territorial - direciona e intermedia conflitos de uso e ocupação do território em suas várias possibilidades

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional e os **Planos Macrorregionais** de Desenvolvimento (Amazônia Sustentável, Nordeste/Semi-árido e Centro -Oeste) e Planos Mesorregionais de Desenvolvimento.





2. Interfaces

2.4 - Secretarias Ministério das Cidades

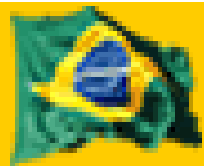
SNPU: implementação do Estatuto da Cidade e programa de regularização fundiária, campanha Plano Diretor Participativo (mobilização de núcleos estaduais)

SNH - déficit habitacional/déficit de saneamento: urbanização de assentamentos precários; infra-estrutura e acesso à terra; fontes de recursos e subsídios; oferta, produção e demanda habitacional; arranjos Institucionais e gestão democrática

Secretaria Executiva: relação com o Concidades

SEMOB – infraestrutura urbana





Cidades

Ministério das Cidades

Secretaria Nacional
de Saneamento Ambiental

3. Apresentações dos Planos Nacionais

3.1 – *Plano Nacional de Combate à Desertificação – PAN*

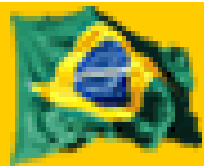
Objetivo : Estabelecer diretrizes e instrumentos para as políticas públicas e investimentos privados nas Áreas Suscetíveis à Desertificação que abrangem 11 estados do semi-árido e 1482 municípios.

Metodologia: Articulação nacional (GT-Interministerial + Câmara Deputados + Soc. Civil/ASA) e criadas estruturas descentralizadas nos 11 estados de interlocução governo + sociedade (Pontos Focais do governo estadual, da assembléia legislativa e das ONGs/ASA)

Articulação internacional de Combate à Desertificação : Convenção ONU(UNCCD), Mercosul, Países de Língua Portuguesa, América Latina e Caribe

Situação: em vigor





3. Apresentações dos Planos Nacionais

3.2 – Plano Nacional de Habitação - PlanHab

Objetivo: planejar as ações públicas e privadas de médio e longo prazo (16 anos) e direcionar recursos para enfrentar com eficácia as necessidades habitacionais do país. Configura-se como “plano-de-ação”.
É instrumento para implementar a Política e o Sistema Nacional de Habitação

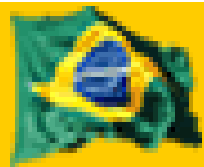
Etapas do PlanHab: (1)Contextualização; (2)Cenários; (3) Estratégias de Ação (em discussão hoje no Comitê Técnico de Habitação do Concidades)

Metodologia:

- Canais institucionais de controle social e participação: Comitê Técnico de Habitação do concidades CTH/Concidades; Conselho Curador do FGTS – CCFGTS; Conselho Gestor do FNHIS – CGFNHIS; Fórum dos Secretários de Habitação e Assoc. Brasileira de COHAB's - ABC
- Grupo de acompanhamento do PlanHab – 12 membros do Concidades
- Seminários Regionais e Oficinas

Situação: Conclui este mês (julho 08)





Cidades

Ministério das Cidades

Secretaria Nacional
de Saneamento Ambiental

3. Apresentações dos Planos Nacionais

3.3 – Plano Nacional de Recursos Hídricos

Objetivo: Pacto Nacional para a melhoria da oferta da água em quantidade e qualidade, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e inclusão social.

Pressupostos:

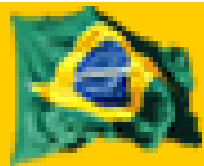
- O plano é “nacional”
- É instrumento de afirmação do Sistema Nacional de Gestão dos RH – SINGREH. O Conselho é a instância máxima do sistema.

Metodologia:

- Sistema foi a base - construção de forma descentralizada, participativa e com consistência técnica: **Vertente Regional:** instaladas 12 Comissões Executivas Regionais (36 reuniões e seminários); **Vertente Estadual:** 27 encontros estaduais; **Vertente Nacional:** 7 oficinas e um seminário nacional de consolidação de diretrizes e programas do Plano

Situação: Em vigor - aprovado no Conselho Nacional de Recursos Hídricos em 30/01/06





4. Deliberações da reunião dos Órgãos Federais

- **Constituir Grupo de Trabalho Interministerial – GTI com cronograma de reuniões**
- **Elaborar e apresentar na reunião do ConCidades um projeto estratégico para a elaboração do Plano;**
- **Encerrar 2008 – Ano Internacional do Saneamento -com um grande evento comemorativo das ações brasileiras se possível lançando o Plano;**
- **Apresentar o plano, quando concluído nos Conselhos Nacionais de Saúde, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.**

